

LEI Nº 1099/15

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CARAMBEÍ - PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública de Carambeí - PR.

Art. 2º Compete ao Conselho:

I - Propor projetos, medidas e atividades que visem promover à segurança dos munícipes, incluída a prevenção e a preparação para situação de risco a segurança pública do Município.

II - Desenvolver estudos, debates e pesquisas que tenham como objetivo melhorar a segurança pública;

III - Desenvolver campanhas que estimulem e promovam a participação da sociedade em projetos destinados à melhoria da segurança da população;

IV - Analisar e encaminhar, para providência do órgão público competente, informações, sugestões e denúncias da comunidade relacionadas à segurança;

V - Apoiar realizações desenvolvidas por órgãos públicos de outras esferas e de organizações não governamentais, relativas à prevenção social, assistencial e educacional da violência, promovendo entendimentos com organizações e instituições congêneres;

VI - Propor medidas de participação da administração pública municipal na segurança pública do município;

VII - Estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública;

Art. 3º O Conselho será composto pelos seguintes membros natos:

I - O Delegado de Polícia, titular do Distrito Policial que circunscreione a área de Conseg;

II - O Comandante da Unidade Policial Militar que circunscreione a área do Conseg;

III - O Comandante do Corpo de Bombeiros que circunscreione a área do Conseg.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os membros natos não poderão fazer parte da Mesa Diretora.

Art. 4º Além dos membros natos, o Conselho será composto pelos seguintes membros, os quais poderão fazer parte da Mesa Diretora:

- I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, indicado pelo Prefeito Municipal;
- II - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- III - 01 (um) representante do Conselho Tutelar Municipal;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria de Educação do Município;
- V - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde do Município;
- VI - 01 (um) representante do Departamento de Transito – Detransede do Município;
- VII - 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial do Município;
- VIII - 01 (um) representante do CIRETRAN/DETRAN-PR, com sede no Município;
- IX - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Ponta Grossa - PR, que exerça suas atividades neste Município.
- X - 01 (um) representante das empresas estabelecidas no Município;
- XI - 01 (um) representante de Cooperativa estabelecida no Município;
- XII - 01 (um) representante da Igreja Católica estabelecida no Município;
- XIII - 01 representante do Conselho Municipal dos Ministros Evangélicos de Carambeí - COMEC.

Art. 5º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução;

PARÁGRAFO ÚNICO. As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante.

Art. 6º Após a escolha dos membros do Conselho, estes deverão em reunião extraordinária promover a composição da mesa diretora, que deverá conter os cargos dispostos no artigo 9º desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. A composição desta mesa diretora deverá constar em ata devidamente assinada por todos os membros do Conselho Municipal de Segurança.

Art. 7º O Conselho, no exercício de suas atribuições, está sujeito a fiscalização da Coordenação Estadual dos Consegs/Ceconseg-Pr e do Secretário de Segurança do estado do Paraná, integrando-se na

estrutura do Poder Executivo Municipal para fins de suporte administrativo, operacional e financeiro.

Art. 8º Para cumprir suas finalidades, o Conselho poderá:

I – Requisitar dos órgãos públicos municipais locais, certidões, atestados, informações e cópias de documentos, desde que justificada a necessidade;

II – Solicitar aos demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais os elementos referidos no inciso anterior;

III – Convocar os secretários municipais para participar de suas reuniões, sempre que na pauta constar assunto relacionado com atribuição de suas pastas.

Parágrafo Primeiro: As requisições mencionadas no Inciso I deste artigo deverão ser atendidas no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo Segundo: As informações constantes neste artigo deverão conter o caráter sigiloso pelos membros do Conselho Municipal de Segurança.

Art. 9º O Conselho terá uma diretoria formada por:

I – Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário;

V - Tesoureiro.

VI - Conselho Fiscal;

VII - Conselho Deliberativo;

VIII - Conselho de Ética e Disciplina.

Art. 10 Para que o Conselho possa desempenhar suas funções, será obrigatoriamente realizada uma reunião mensal, sendo de responsabilidade do Presidente ou aquém este designar, informar os membros do Conselho o local e data da presente reunião, sendo que nesta deverá ser elaborada uma ata.

PARÁGRAFO ÚNICO. Toda reunião deverá conter um chamado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, inclusive com a pauta de assuntos serem discutidos.

Art. 11 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ,
EM 08 DE OUTUBRO DE 2015.

OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ